



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

ANA CAROLINA ALVES DE LIMA

**ESCOLA EM FOCO: GÊNERO E SEXUALIDADE A PARTIR DO
OLHAR DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA**

João Pessoa - PB
2019

ANA CAROLINA ALVES DE LIMA

**ESCOLA EM FOCO: GÊNERO E SEXUALIDADE A PARTIR DO
OLHAR DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Félix da Silva

João Pessoa- PB
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732e Lima, Ana Carolina Alves de.

ESCOLA EM FOCO: GÊNERO E SEXUALIDADE A PARTIR DO OLHAR
DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA / Ana Carolina Alves de
Lima. - João Pessoa, 2019.
45 f.

Orientação: JEANE FELIX.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Educação. Gênero. Sexualidade. Pedagogia. I. FELIX,
JEANE. II. Título.

UFPB/

ANA CAROLINA ALVES DE LIMA

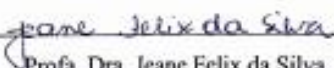
**ESCOLA EM FOCO: GÊNERO E SEXUALIDADE A PARTIR DO OLHAR DE
ESTUDANTES DE PEDAGOGIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção
de grau de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba

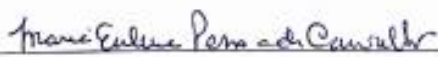
Orientadora: Profa. Dra. Jeane Felix

Aprovado em 06 / 05 / 2019

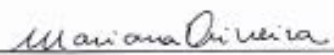
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Jeane Felix da Silva
UFPB (Orientadora)



Profa. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho
UFPB (Examinadora)



Profa. Dra. Mariana Lins de Oliveira
UFPB (Examinadora)

À minha mãe e à minha filha, dedico.

AGRADECIMENTOS

Jamais pensei que estaria nessa posição, de agradecer às pessoas que contribuíram para minha formação. Emociono-me em lembrar das pessoas e trajetórias que culminaram aqui. Por isso, sou eternamente grata a todos e todas que dividiram comigo essa caminhada:

À minha mãe, Leny, que me criou com muito amor e carinho. Sempre esteve (e está) do meu lado, me apoiando em qualquer situação e sempre acreditou em mim e nunca desistiu de mim. Espero ser um dia um terço da mulher que você é. Sem você, eu nada seria. Obrigada e te amo além da vida.

À Isabela, Isabelinha, minha filha, que ressignificou minha vida, acrescentando cores e sons ao meu dia a dia onde antes não havia nada. Sou grata por ser mãe de uma pessoa tão “linda, inteligente, gentil e importante”. Te amo no fundo do meu coração, você me inspira a ser uma pessoa melhor todos os dias.

Ao meu pai, José, que sempre me apoiou (do seu jeito rs) e me ajudou sempre que precisei.

À minha psicóloga, Ana Karla, que me escuta, me aconselha e briga quando necessário. Obrigada por não me deixar desistir, sem seu apoio, eu não estaria aqui.

À Isabela, minha querida amiga, que desde a segunda semana de aula, tornou-se uma companheira incrível, sempre dividindo conquistas, multiplicando alegrias e diminuindo as tristezas da vida. Sinto uma alegria imensa em te chamar de minha amiga e orgulho dessa mulher maravilhosa que você é, não é à toa que Isabelinha te ama muito. E eu também.

Ao Roni, meu companheiro de todas as aventuras, que espero levar para vida. A graduação teria sido bem menos divertida sem você ao meu lado. Agradeço por compartilhar todos os momentos, do café ao kró de cebola, passando pelos memes e figurinhas no WhatsApp. Te amo muito

À Thayanne, poetisa, feminista e arretada. Conheci no meio para o final da caminhada, mas nos cativamos de uma forma única e até hoje, sinto sua falta pelos corredores do CE. Obrigada pelas contribuições, mesmo de longe, neste trabalho, você me inspira.

À Natália, companheira desde sempre. Foi um prazer trabalhar contigo no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM). Obrigada pelo apoio, por acreditar em mim e sempre levantar minha moral. Você é extraordinária, sou grata por ter conhecido e ser sua amiga.

À Jeane, minha orientadora, por me proporcionar uma oportunidade nunca antes sonhada por mim. Por acreditar em mim e ter me dado uma chance de mostrar que sou capaz.

Você é uma mulher e uma profissional sensacional. Faltam-me palavras para descrever minha alegria, meu orgulho e gratidão de ter trabalhado com você durante esses anos e de tudo que construímos juntas. Que venham mais conquistas!

À Mariana, professora querida, obrigada por te ajudado Jeane a me escolher como bolsista e por ter aceitado compor a minha banca.

À professora Maria Eulina, pelos ensinamentos através dos diversos textos produzidos por ti, que abriram meus horizontes sobre os conceitos trabalhados e por ter aceitado compor minha banca.

Ao grupo Divagens, no qual aprendi a trabalhar em coletivo e respeitar o tempo de cada pessoa e, em especial, a Felipe, Ayune, Gabi... foi ótimo trabalhar com vocês, principalmente Lidiane, amiga leal e divertidíssima, aprendi muito com você nessa nossa “relação de amor e ódio”.

Ao meu amigo especial, Ivanildo. Nos encontramos numa viagem totalmente aleatória e, se eu acreditasse nisso, diria que nos reconhecemos de outras vidas. És muito especial, não tenho palavras para agradecer por tudo, meu amigo. Você merece o mundo!

Ao grupo de estudos Gessex, no qual pude me aprofundar em conceitos que me ajudaram muito neste TCC e tive a oportunidade única de conhecer pessoas maravilhosas, como Priscila, Josi, Rodolfo e, especialmente, Adjefferson, que sempre, gentilmente, me cobrava este trabalho pronto e me ajudou muito nessa etapa final. Obrigada por tudo!

Às pessoas que compõem o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM), por terem participado da minha caminhada desde 2016, contribuindo sempre para meu aprendizado e crescimento pessoal-acadêmico. Em especial, agradeço Aretha, ex-estagiária do Núcleo, nossa parceira foi além do trabalho, descobri uma parceira de passeios e conselhos. Levarei em meu coração para sempre. Você é luz!

Por fim, Márcia, uma das mulheres mais fortes que tive o prazer de conhecer. Infelizmente te conheci no final do curso, mas posso afirmar com certeza que sou muito privilegiada em ter te conhecido. Você é maravilhosa, jamais deixe que lhe façam pensar o contrário.

“Só se vê bem com o coração, o essencial é invisível aos olhos”.
(Antoine de Saint-Exupéry)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

PNE - Plano Nacional de Educação

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PL - Projeto de Lei

PNPM - Plano Nacional de Política para Mulheres

LGBTQI - Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Travesti, Queer e Intersex

LGBT - Lésbicas, Gay, Bissexual, Transexual e Travesti

ESP - Escola Sem Partido

PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

CNE - Conselho Nacional de Educação

ONG - Organização Não Governamental

MEC - Ministério da Educação

STF - Supremo Tribunal Federal

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

PPC - Projeto Pedagógico Curricular

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Qual instituição deve abordar tais temas?-----	28
Quadro 2 - A atitude da professora foi correta? -----	30
Quadro 3 - O nome social deve ser respeitado? -----	31
Quadro 4 - Qual o papel da escola? -----	33

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo central refletir acerca do que os/as estudantes concluintes e pré concluintes do curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba - UFPB dizem sobre a abordagem de gênero e sexualidade nas escolas. O material empírico foi produzido por meio de um questionário, cuja aplicação ocorreu de modo presencial e *online*. Gênero e sexualidade são tomados como construções sociais e pedagógicas, o que implica dizer que aprendemos e ensinamos sobre gênero e sobre sexualidade em diversas instâncias e relações sociais. Como resultado, é possível perceber que os/as pedagogos/as em formação concordam que as temáticas em questão precisam ser abordadas, contudo, também há resistências por parte de alguns deles/as para que essas questões sejam trabalhadas nas escolas. Assim, este TCC aponta para a importância da abordagem das questões de gênero e sexualidade, particularmente, nos currículos de formação de profissionais da Pedagogia, como forma de contribuir para a construção de uma sociedade mais equânime, respeitosa e menos desigual.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Sexualidade. Pedagogia.

ABSTRACT

This Course Completion Work (CBT) aims to reflect on what the final and pre-finishing students of the Pedagogy course at the Federal University of Paraíba (UFPB) say about the approach of gender and sexuality in schools. The empirical material was produced by means of a questionnaire, whose application took place in person and online. Gender and sexuality are taken as social and pedagogical constructs, which means that we learn and teach about gender and sexuality in various social instances and relationships. As a result, it is possible to perceive that the educators in formation agree that the issues in question need to be addressed, however, there is also resistance on the part of some of them so that these issues are worked out in the schools. Thus, this CBT points to the importance of approaching issues of gender and sexuality, particularly in the curricula of training Pedagogy professionals, as a way to contribute to the construction of a more equitable, respectful and less unequal society.

Keywords: Education. Gender. Sexuality. Pedagogy.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA EXPERIÊNCIA DE LEITURA CONCEITUAL	18
2.1. GÊNERO E SEXUALIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	20
3. O QUE OS/AS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DIZEM SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE: OS RESULTADOS DA PESQUISA	26
3.1 Gênero e sexualidade devem ser abordados/as? O que dizem os/as estudantes	28
3.2 O que os/as estudantes pensam sobre atitudes docentes envolvendo gênero e sexualidade na escola?	29
3.3 O que os/as estudantes de Pedagogia pensam sobre a inclusão de alunos/as trans nas escolas?	31
3.4 Os/as estudantes se consideram feministas?	32
3.5 Qual o papel da escola na abordagem das questões de gênero e sexualidade na perspectiva dos/as estudantes?	33
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICES	40
APÊNDICE A- Questionário aplicado com estudantes do curso Pedagogia da UFPB	41
APÊNDICE B- Termo de Consentimento livre e esclarecido- TCLE	43

1 INTRODUÇÃO

“Quero pedir desculpa a todas as mulheres que descrevi como bonitas antes de dizer inteligentes ou corajosas. [...] De agora em diante vou dizer coisas como, “você é forte” ou, “você é incrível!”, não porque eu não te ache bonita, mas porque você é muito mais do que isso”
(Rupi Kaur)

O trecho escolhido para abrir este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi escrito pela poetisa feminista indiana, Rupri Kaur. Neste trecho, a autora aponta como sua compreensão sobre “ser mulher” se modificou ao longo do tempo. A poetisa reconhece que as mulheres devem ser elogiadas por características que vão além da beleza física. Sem dúvida, trata-se de uma perspectiva que retrata a mulher não por seus atributos físicos, mas por características mais importantes num cenário de luta por igualdade de direitos e de reconhecimento a desigualdade de gênero.

Assim, definir um período de tempo/espço em que questões de gênero se fizeram presentes em minha vida, não é uma missão simples, mesmo antes, quando ainda não estava familiarizada com os conceitos. Esse processo poderia ser dividido em várias fases, desde o início da minha vida, na organização do enxoval, do quarto - rosa, com flores, até os dias atuais e, em cada uma, existiria uma oportunidade para debater sobre os processos de construção das significações que definem o que é ser mulher ou homem em culturas machistas como a nossa, na qual as situações que envolvem a vivência das questões de gênero acontecem cotidianamente.

Para ilustrar, destaco: na escola - na separação de brincadeiras de meninos e meninas; na rua - com assédios; no trabalho - assédio moral e sexual, desigualdade salarial entre homens e mulheres no exercício das mesmas atividades, problemas de conciliação da carreira com família/maternidade; em casa, com a não divisão do trabalho doméstico e os diversos tipos de violência doméstica, ou seja, nos diferentes espaços que ocupamos, as questões de gênero nos afetam.

No campo profissional, há carreiras consideradas femininas, entre elas a Pedagogia. Confesso que a Pedagogia nunca foi minha primeira opção profissional, durante muito tempo, meu sonho era cursar Relações Internacionais. Ao prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 2013, minha nota me permitia entrar para a Pedagogia, o que, naquele momento, resolvi fazer. O Curso de Pedagogia me atraía pouco, até que, a partir do terceiro período, fui pedir uma indicação de leitura para a professora Jeane – que depois acabou se tornando minha

orientadora nesta monografia, a fim de me identificar mais com o curso, pois até aquela etapa, achava que o curso era focado somente para trabalhar com crianças e aquilo não me interessava. Então, ela me convidou para participar de um grupo de estudos e, a partir do envolvimento no grupo, fui percebendo que a Pedagogia é uma área ampla e que poderia atuar, como pedagoga, em diversos espaços educativos, escolares ou não.

Como estudante de Pedagogia, percebo que o curso é, em sua maioria, feminino. Além disso, é um curso voltado para uma área de atuação bastante feminizada, qual seja: a Educação e nela, especialmente, para a docência em educação infantil e/ou nos anos iniciais do ensino fundamental. A feminização da Educação ocorre, como aponta Guacira Louro¹ (1997, p.88), porque a escola é vista como uma extensão do espaço domiciliar (o ato de zelar, cuidar e o afeto). Isso começou a me incomodar! Eu não entendia a razão pela qual a Pedagogia, apesar de ser um curso tão feminino, tinha (e continua a ter) poucos espaços para refletir sobre as desigualdades entre homens e mulheres, além de outros temas que envolvem as questões de gênero, políticas para as mulheres etc.

No atual Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do Curso de Pedagogia² (PEDAGOGIA/UFPB, 2006), poucos componentes curriculares (obrigatórios e optativos) versam sobre esses temas. Diretamente, apenas *Educação e Diversidade* (obrigatória), *Educação Sexual* e *Educação, Gênero e Religiosidade* (ambas optativas) possuem, em suas ementas, indicativos da abordagem das questões de gênero. Nos demais componentes curriculares (e mesmo nesses), a reflexão sobre essas questões vai depender da atuação dos e das docentes. Em geral, a abordagem das questões de gênero ocorre em virtude da implicação que os e as docentes tenham com o feminismo ou demais grupos culturalmente marginalizados. Além do currículo oficial do curso, cabe destacar que esses temas são abordados em eventos promovidos por docentes e estudantes vinculados/as ao Diretório Acadêmico.

Estar no curso de Pedagogia me fez estar atenta a ausência de mulheres em espaços de poder e, assim, concordar com Guacira Louro (1997, p. 89) quando a autora argumenta que “ainda que as agentes do ensino possam ser mulheres, elas se ocupam de um universo marcadamente masculino”. O fato do curso ser feminizado faz com que ele seja desvalorizado

¹Inspirada na tese de Jeane Félix (2012), escolhi escrever nome e sobrenome, “sempre que o/a autor/a for inserido pela primeira vez no texto[...]. Essa escolha se deu no intuito de visibilizar as autoras, uma vez que, na língua portuguesa, quando não se sabe o sexo de quem está falando, este/a é sempre tratado no masculino”. (p. 21)

² Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=2663759. Acesso em abril de 2019.

econômica e socialmente, o que percebo, inclusive, que ao me apresentar como estudante de Pedagogia em diversos espaços sou, muitas vezes, descredibilizada e essa experiência fez com que venha me constituindo como feminista.

Além disso, no decorrer do curso, em disciplinas “mais práticas”, ouvi relatos de colegas que não sabiam como reagir ou contornar, nos estágios, determinadas situações que envolviam questões de gênero como, por exemplo: meninas que não participavam da educação física ou não podiam jogar bola com os meninos; um menino chamando o outro de gay, porque foi abraçado por ele; a atuação da professora em sala de aula, reproduzindo discursos machistas e/ou preconceituosos. Tais situações, vivenciadas cotidianamente no âmbito das escolas, apontam para a necessidade de que esse tema seja abordado em diversas atividades educativas durante formação docentes.

No entanto, com a crescente onda moralista no país, juntamente com a afirmação de grupos conservadores de que estaríamos vivendo uma suposta “ideologia de gênero”, causa um certo receio em docentes de abordar esse tema no âmbito das escolas. Afirmando que a abordagem educativa do tema estaria colocando a “família” (entendida como a nuclear e heterossexual) em risco, bem como incentivando o exercício “precoces” da sexualidade nas crianças. Todavia, ao contrário do que dispõe esse argumento, a abordagem educativa das questões de gênero nas escolas atua de modo preventivo quanto a situações de abuso e violência sexual e de gênero, por exemplo, além de ensinar as crianças a respeitarem e conviverem com a existência de diversos arranjos familiares (não apenas homoparentais, a exemplo das famílias nas quais as crianças são criadas pelos avós e/ou outros parentes e o do arranjo familiar mais comum³, as das crianças criadas apenas pela mãe). Estudiosos/as do campo dos estudos de gênero indicam que o uso desse termo é equivocado, pois não estaria de acordo com o modo como gênero é utilizado no âmbito dos estudos feministas.

Desse modo, meu interesse por essa temática surgiu quando eu cursava o 3º período do Curso de Pedagogia, em 2016, no componente curricular Currículo e Trabalho Pedagógico. Nesta disciplina, compreendi que era possível articular a educação ao conceito de gênero e as práticas pedagógicas generificadas à minha vida pessoal e profissional. Sabendo da falta de compreensão pelas pessoas, inclusive estudantes e docentes universitários/as, do conceito e significado que cerca esse termo, inclusive dentro do Curso de Pedagogia, passei a refletir sobre como seriam abordadas as questões relacionadas à esse tema em salas de aula.

³De acordo com o Censo Escolar de 2011, cerca de 5,5 milhões de crianças não têm o nome do pai na certidão de nascimento. Ver: <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-tem-5-5-milhoes-de-criancas-sem-pai-no-registro/>. Acesso em março de 2019.

No mesmo ano de 2016, participei de um processo de seleção do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), em que fui selecionada para ser bolsista do projeto sob a orientação da professora doutora Jeane Félix, que também foi minha professora na disciplina de Currículo e, juntas, desenvolvemos uma pesquisa PIBIC/CNPq/UFPB, que mapeava os projetos de lei (PL) em tramitação nas três esferas de poder legislativo - Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Câmara Federal e Senado - e que versavam sobre esses temas no tocante à educação. O projeto buscava compreender como o debate sobre as questões de gênero, articuladas à educação, estava se construindo no cenário legislativo brasileiro⁴.

Após os resultados dessa pesquisa⁵, demos continuidade ao segundo ano do projeto⁶, ali intitulado “*Gênero, Sexualidade e Diversidade nas Escolas: O que pensam os/as estudantes da UFPB?*”, no qual mapeamos algumas das percepções de estudantes dos cursos de Pedagogia, Pedagogia do Campo e Psicopedagogia sobre gênero, sexualidade e diversidade, identificando seus posicionamentos em relação à abordagem de tais temas nas escolas e na formação docente. Sabendo que essas/esses estudantes estão se formando como profissionais da educação nos pareceu essencial saber como eles/as pensam sobre essas temáticas, para refletir sobre a inserção ou não desses temas nos currículos das escolas e dos cursos de formação docente.

Desse modo, este trabalho de conclusão de curso (TCC), que é também um recorte dessa pesquisa PIBIC, tem como **objetivo geral** refletir sobre a compreensão dos e das estudantes pré-concluintes e concluintes do curso de Pedagogia, campus I, UFPB, acerca de situações escolares envolvendo as temáticas de gênero, sexualidade e diversidade. Os **objetivos específicos** são: apresentar um breve panorama das políticas educacionais voltadas às questões de gênero, sexualidade e diversidade; dialogar sobre a importância de questões de gênero e sexualidade serem inseridas nos currículos do curso de Pedagogia.

⁴ Alguns dos resultados deste primeiro ano do projeto foram publicados em formato de artigo, disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/10746/6232>. Acesso em abril de 2019.

⁵ Os resultados deste primeiro trabalho foram apresentados no Seminário Internacional Fazendo Gênero, realizado em 2017, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O trabalho pode ser acessado em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=1024.

⁶ Alguns dos resultados de nossa pesquisa, também desenvolvida pela estudante Lidiane Pinheiro Ferreira, do curso de Direito da UFPB, foram apresentados no XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste (EPEN), realizado no Campus I da UFPB em novembro de 2018. O trabalho pode ser acessado em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/12/4345-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Também foi apresentado na Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), realizado em Salvador em dezembro de 2018. Os Anais do evento ainda não estão disponíveis.

No tocante à metodologia, a produção do material empírico se deu a partir de um questionário⁷, cuja aplicação ocorreu tanto online quanto presencialmente, e que foi respondido por 49 estudantes, no período de 27 de abril a 15 de julho de 2018. Os caminhos metodológicos, assim como o perfil dos e das participantes de nossa pesquisa serão descritos mais adiante.

Assim, este TCC está organizado da seguinte forma: este **primeiro capítulo**, introdutório; o **segundo capítulo**, intitulado *Gênero e sexualidade: uma experiência de leitura conceitual*, no qual apresento e dialogo com os conceitos de gênero, sexualidade e educação e, também, como gênero e sexualidade foram surgindo nas políticas públicas no campo da Educação; o **terceiro capítulo**, em que indico os caminhos metodológicos e os resultados da pesquisa, analisando-os a partir do referencial teórico apresentado; por fim, apresento as **considerações finais**.

⁷Cabe informar que o questionário (apêndice) foi utilizado para a pesquisa PIBIC e que, neste TCC, analiso apenas uma parte desse questionário.

2. GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA EXPERIÊNCIA DE LEITURA CONCEITUAL

Este capítulo foi organizado em duas partes, complementares. Na primeira, discorro sobre o referencial teórico que embasa este TCC, o que ocorre a partir de um diálogo com os conceitos de gênero, sexualidade e educação. Na segunda parte, apresento como gênero e sexualidade foram sendo formalmente contemplados em algumas políticas educacionais no Brasil.

Nesta pesquisa, gênero é tomado como uma construção social e como uma ferramenta política e pedagógica que problematiza as desigualdades de poder entre homens e mulheres (Dagmar MEYER, 2003; Jeane FELIX, 2012). Dizer que gênero é pedagógico significa compreender que as múltiplas formas de ser mulher e/ou ser homem são ensinadas e aprendidas em diferentes instâncias. Louro (1997) aponta que foi a partir da segunda onda do feminismo, por volta da década de 1960 - perpassando pelas manifestações e fervor de 1968⁸ - que o conceito de gênero foi colocado em circulação, problematizando e desnaturalizando as desigualdades sociais entre homens e mulheres baseadas nas características biológicas. Nessa perspectiva, não há a negação da biologia, mas o reconhecimento de que ela não pode justificar as desigualdades entre homens e mulheres. Gênero seria, pois, “a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (p. 22), saindo assim, do campo biológico e indo para o social, onde as desigualdades são (re) produzidas.

Com isso, afirmo que gênero, nesta monografia, também é compreendido como uma construção social que define condutas, modos de se vestir, relacionar, de se comportar, o que é apontado como certo ou errado para homens e mulheres que, como sinalizou Marlucy Paraíso (2016), se materializa em um corpo biológico. Nas palavras de Felix (2012, p. 15), o conceito de gênero:

[...] serve para questionar e problematizar as desigualdades sociais que se sustentam em características definidas como diferenças (corporais, psíquicas e sociais, dentre outras) que importam, quando se trata de classificar e hierarquizar indivíduos como homens e mulheres, uma vez que incorpora o pressuposto de que não são diferenças dadas pela natureza e, sim, produzidas na/pela cultura. Gênero inclui, ainda, a problematização dos modos pelos quais aprendemos e somos ensinados (pelos artefatos culturais, pelas instituições sociais, pelos sujeitos com os quais convivemos) a nos

⁸ O ano de 1968, mais precisamente o mês de maio, foi marcado por manifestações estudantis e culturais por reformas no setor educacional. Ver em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-o-movimento-de-maio-de-68-na-franca/>. Acesso em maio 2019.

tornarmos homens e mulheres, masculinos e femininos, isto é, sujeitos de gênero [...].

Além de sujeitos de gênero, também somos sujeitos de sexualidade, na medida em que também nos constituímos a partir desse marcador. Nesse sentido, cabe destacar que a sexualidade também é compreendida como uma construção social que designa as diferentes formas de experimentação do desejo afetivo e sexual entre pessoas do mesmo sexo, de sexo diferente, de pessoas que transitam entre os sexos. Jeffrey Weeks (1999, p.3) afirma que “a sexualidade tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto nosso corpo físico”. Michel Foucault (1988) apresenta que, em meados do século XIX, a moral burguesa levou a sexualidade para o seio da família tradicional (heterossexual), validando-a por meio da função reprodutora, imposta como modelo e, desse modo, as demais práticas sexuais passaram a ser consideradas ilegítimas. É nesse contexto que as práticas heterossexuais ganham status de norma, conforme afirma Rogério Junqueira (2013, p.485):

Processos heteronormativos de construção de sujeitos masculinos obrigatoriamente heterossexuais se fazem acompanhar pela rejeição da feminilidade e da homossexualidade, por meio de atitudes, discursos e comportamentos, não raro, abertamente homofóbicos. Tais processos – pedagógicos e curriculares – produzem e alimentam a homofobia e a misoginia, especialmente entre meninos e rapazes.

Cabe destacar que os processos heteronormativos, conforme mencionado por Junqueira (2013), têm produzido práticas educativas que negam e cerceiam a existência da diversidade, ao invés de ensinar sobre o respeito. Sendo a escola um espaço voltado ao ensino e aprendizagem, inclusive de gênero e sexualidade, ali aprendemos e ensinamos (ou não) a nos comportarmos da forma “esperada” e “certa” de acordo com nosso gênero, obviamente, dentro da matriz heterossexual. Por isso, Paraíso (2016) defende que devemos promover (des) aprendizagens para subverter a ordem imposta, adotando diversas maneiras de ser mulher e de ser homem.

Compreender gênero e sexualidade como processos educativos demanda explicitar o que estou tomando por Educação. A esse respeito, dialogo com Julian Navas (2004, p.30), que afirma que, apesar da Educação, em geral, ter seu significado reduzindo à perspectiva escolar, é mais que isso. Com isso, corroboro com o autor quando este afirma que entende “a educação como o conjunto de influências externas (socialização, educatividade) que permitem

o desenvolvimento dos potenciais internos do sujeito (individualização, educabilidade)⁹” (p.33). Na perspectiva apresentada por Dagmar Meyer e cols. (2006), a educação seria um conjunto de processos pelos quais nos tornamos sujeitos de uma cultura, neste caso, de uma cultura de gênero e de sexualidade.

Para Maria Eulina Carvalho & Glória Rabay (2015), gênero (e eu acrescentaria, sexualidade) é um conceito de difícil “sensocomunização”, o que tem refletido no uso incorreto, mas também em confusões conceituais que, impulsionadas por grupos religiosos, têm implicado na retirada das questões de gênero e sexualidade das políticas educacionais recentes em nosso país. É sobre a inserção das questões de gênero e sexualidade nas políticas educacionais que passo a discorrer a partir daqui.

2.1 GÊNERO E SEXUALIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Gênero e sexualidade, como processos educativos, estão presentes nas nossas vidas nos mais diversos contextos, inclusive na escola, falemos ou não sobre eles. No Brasil, foi em 1998 que esses temas passaram a fazer parte dos currículos oficiais por meio do volume *Temas Transversais* dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1998). Segundo os PCN:

Por serem questões sociais, os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana [...]. (BRASIL, 1998).

Entre os temas transversais, estão: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual¹⁰ e temas locais. O tema transversal orientação sexual está organizado no caderno em três eixos temáticos: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às

⁹Tradução minha. Versão original: entendiéndose la educación como el conjunto de influencias externas (socialización, educatividad) que permiten el desarrollo de las potencialidades internas del sujeto (individualización, educabilidad).

¹⁰ Cabe destacar que orientação sexual, nos PCN, era sinônimo de educação sexual.

Doenças¹¹ Sexualmente Transmissíveis. Nos PCN (1997, p.28), a orientação sexual é compreendida como “um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados”. O tema transversal Orientação Sexual tinha como objetivo oportunizar aos/às jovens um exercício pleno da sua sexualidade, com prazer e segurança (BRASIL, 1997).

A partir do pontapé inicial dos PCN, cresceram, no Brasil, políticas públicas na área de gênero e sexualidade, entre as quais: o *Programa Brasil sem Homofobia*, de 2004, que foi um programa de combate à violência e à discriminação contra a comunidade que hoje conhecemos como LGBTQI (Lésbica, Gay, Bissexual, Transsexual, Travesti, Queer e Intersex) e de Promoção da Cidadania Homossexual; o *Curso Gênero e Diversidade na Escola* (2006), que realizou curso-piloto de formação continuada de profissionais da Educação da rede pública acerca das questões de gênero, sexualidade/orientação sexual e relações étnico-raciais; as ações educativas previstas nos três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres - PNPM (2004, 2008 e 2013); o *Estatuto da Juventude*, de 2013, que em seu artigo 18, parágrafo terceiro, garante a efetivação do direito do/a jovem à “inclusão de temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero e de violência doméstica e sexual praticada contra a mulher na formação dos profissionais de educação [...]”.

Denise Silva, Zuleika Costa e Márcia Müller (2018, p. 52) discorrem que o primeiro texto do II Plano Nacional de Educação (PNE), apresentado em 2010, pretendia uma “construção de uma nova ética [...] de modo a incluir, efetivamente os grupos historicamente excluídos: entre outros, negros, quilombolas, pessoas com deficiências, povos indígenas, trabalhadores do campo, mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)”, com respeito à flexão de gênero. Porém, devido às pressões conservadoras a versão aprovada excluiu de seu texto tais questões (DIAS, CHAVES & FELIX, 2016), o que teve um “efeito cascata” de retirada das questões de gênero e sexualidade dos planos de educação em muitos estados e municípios.

Tais pressões conservadoras cresceram articuladas pelo grupo intitulado Escola Sem Partido - ESP, que se configura como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em

¹¹Atualmente, a nomenclatura utilizada é Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). A mudança não é apenas terminológica, mas refere-se a uma mudança no entendimento de que, nem sempre as infecções tornam-se doenças, contudo, também demandam atenção especializada, medicação adequada e tratamento específico.

todos os níveis: do ensino básico ao superior”¹². Essa onda moralista, no Brasil, protagonizada tanto pelo grupo ESP quanto por parlamentares de grupos conservadores e religiosos tem criado um certo pânico moral em relação ao tratamento educativo dos temas em questão, o que também tem gerado receio nos/as docentes, possivelmente influenciando na retirada dessas reflexões no cotidiano das escolas.

Segundo Fernando Penna (2016), o ESP foi idealizado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib, e começou a ganhar destaque em 2014, quando foi apresentado em forma de Projetos de Lei (PL) nas três esferas do poder legislativo. Uma das principais bandeiras deste grupo reacionário é a preocupação com o que chamam de “contaminação político-ideológica” e a suposta “ideologia de gênero”. Mas, o que vem a ser ideologia? Segundo o Dicionário¹³, numa concepção mais simples, ideologia é conjunto de convicções filosóficas, sociais, políticas etc. de um indivíduo ou grupo de indivíduos. E Luis Felipe Miguel (2016, p. 595) afirma que:

Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESp transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças.

De acordo com Salomão Ximenes (2016), foi a partir do recuo do, então, presidente, Luís Inácio Lula da Silva, ao 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), relacionado à promoção de direitos sexuais e reprodutivos e à educação sobre violação a direitos humanos entre outros assuntos, que o conservadorismo destacou-se na conjuntura política nacional. Outro evento importante foi o veto da presidenta Dilma Rousseff, em 2011, ao material educacional intitulado *Escola sem Homofobia*, que era o braço do programa *Brasil sem Homofobia* voltado à Educação. Essas duas situações representaram, simbolicamente, força dos grupos reacionários que, a partir daí, ganharam mais atenção da população com seu discurso moralista e conseguiram propor PLs que visam, entre outras coisas, punir

¹² Informações disponíveis em: <http://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: junho de 2018.

¹³ Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/ideologia/11694/>. Acesso em abril de 2019.

profissionais da educação¹⁴ que insistam em debater essas questões nas salas de aula (XIMENES, 2016).

Dialogando ainda com Miguel (2016), o termo ideologia de gênero foi criado pela Igreja Católica, que interpretou as conferências de Cairo, em 1994 e de Pequim, em 1995, que trataram de direitos das mulheres (particularmente, direitos sexuais e direitos reprodutivos) como uma “ameaça à família”. Assim, durante o Pontificado de João Paulo II, começou uma intensa investida da Igreja Católica para reafirmar o papel tradicional da mulher na família e, nessa direção, foi se construindo uma narrativa de que seria a ideologia de gênero responsável para que a mulher perdesse a “essência feminina” (MIGUEL, 2016). Então, de acordo com o autor, a pressão contra os debates de gênero vem de conservadores/as religiosos/as.

O argumento dos grupos conservadores em torno do que chamam de ideologia de gênero seria o de que as crianças estariam suscetíveis e vulneráveis, pois seriam ensinadas sobre sexualidade (no sentido das práticas sexuais) e identidade de gênero (no sentido de uma suposta desconstrução de tais identidades heteronormativas) ainda muito cedo e que isso teria efeito na consolidação das identidades masculina ou feminina (MIGUEL, 2016). Esses argumentos também estiveram no centro dos embates em relação à exclusão dos termos gênero e sexualidade da versão final do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional em 2014 e vigente até 2024. Então, uma das consequências diretas da exclusão desses termos do PNE seria a redução das abordagens das questões de gênero e sexualidade nas instituições educacionais.

Além disso, cabe destacar que o uso do termo ideologia de gênero é equivocado, principalmente porque não está de acordo com os conceitos de gênero e sexualidade que são utilizados no âmbito dos estudos de gênero (FURLANI, 2016), cujo objetivo é modificar os tratamentos desiguais que são atribuídos a meninos e meninas, homens e mulheres (FELIX, 2016).

Com isso, criou-se o “sintagma da ideologia de gênero” (JUNQUEIRA, 2017), que objetiva reprimir os avanços das conquistas dos direitos sociais, particularmente, das mulheres e da comunidade LGBTQI, buscando a “(re) naturalização das concepções de família, maternidade, parentesco, (hetero) sexualidade, diferença sexual” (p.26), o que, ainda

¹⁴No âmbito do estado da Paraíba, o município de Campina Grande, aprovou em 2018, um PL proibindo que profissionais da Educação discutam questões que envolvam gênero e sexualidade nas escolas municipais. Ver mais em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/projeto-de-lei-que-proibe-ideologia-de-genero-nas-escolas-e-aprovado-em-campina-grande.ghtml>. Acesso em abril de 2019.

dialogando com Junqueira, espalhou-se de forma emblemática, por meio de um *marketing* poderoso.

No tocante à abordagem de tais temas em cursos de formação de docentes para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a Resolução de CNE/CP nº 1/2006, Artigo 3º, indica que é central para a formação do/a licenciado em Pedagogia: I - o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania” (p. 1). Como este parágrafo afirma que deve haver a promoção para e na cidadania, e isso só será possível se houver o respeito sem distinção de gênero, orientação sexual, raça/cor, classe, etnia e outros marcadores sociais.

O documento também afirma, em seu artigo quinto, décima cláusula, que o/a pedagogo/a está apto/a a: “X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras.”

Isto é o documento respalda a abordagem educativa das questões de gênero e sexualidade na medida em que isso contribui para promover “educação para cidadania”, conforme descrito no artigo 3º. Embora o termo utilizado - escolhas sexuais - não seja condizente com a perspectiva da orientação sexual, é importante destacar sua inserção na Resolução. Cabe destacar, também, que esta Resolução é de 2006, portanto, anterior ao movimento reacionário que se fortaleceu no âmbito educacional nos últimos anos. Vivemos em tempos em que grupos conservadores, com grande força no atual cenário político brasileiro (embora também existam e ganhem visibilidade em outros países), defendem que a escola não deve abordar questões de gênero e de sexualidade, em virtude do que venho argumentando neste trabalho. Nessa direção, Toni Reis e Edla Eggert (2017, p.20) afirmam que:

Criou - se uma falácia apelidada de “ideologia de gênero”, que induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, e que nega a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT comprovadas com dados oficiais e estudos científicos.

Ainda segundo Reis e Eggert (2017, p. 20), criou-se um “pânico moral”, depreciando as pessoas que são “favoráveis ao respeito à igualdade de gênero e diversidade sexual na educação, além de intimidar profissionais de educação com notificações extrajudiciais com ameaça de processo contra quem ousasse abordar esses assuntos na sala de aula”.

Cabe destacar que a tensão em relação à abordagem das questões de gênero e sexualidade na escola não é nova. No início dos anos 2000, portanto, pouco depois do lançamento e distribuição dos PCN em escolas de todo o país, Louro (2003, p.130) apontava que “as políticas curriculares são, então, alvo da sua atenção [no caso aqui, dos grupos conservadores], na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente ‘sãos’”. Nessa perspectiva, também cabe destacar que mesmo quando a abordagem escolar desses temas era menos questionada, em geral, fica(va)m sob a responsabilidade de professores/as de Ciências ou Biologia (SILVA *et al.*, 2018), o que sinaliza uma compreensão biologicista das temáticas.

Segundo Junqueira (2016), ao utilizarem o termo ideologia de gênero, os grupos reacionários pretendem manter o *status quo*, isto é, uma sociedade misógina, machista e preconceituosa, na qual o masculino é tomado como norma sendo, por isso, valorizado. A homossexualidade tomada como norma é, portanto, compulsória (BUTLER, 2003). Nesse sentido, tudo aquilo que é feminino e não homossexual é combatido, evitado, inferiorizado.

Nesse cenário conservador, me interessa compreender o que os/as estudantes concluintes e pré-concluintes do Curso de Pedagogia, Campus I, UFPB, dizem sobre as questões de gênero e sexualidade e sua abordagem nas escolas e cursos de formação docente. Isso porque são os pedagogos (especialmente, as pedagogas), os(as) profissionais responsáveis pela educação nos anos iniciais. A seguir, passo a apresentar e analisar os dados da pesquisa.

3. O QUE OS/AS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DIZEM SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE: OS RESULTADOS DA PESQUISA

Antes de explicitar especificamente os resultados, descrevo os caminhos metodológicos que permitiram a produção do material empírico desta pesquisa. Este TCC se caracteriza como uma pesquisa de cunho qualitativo, a produção do material empírico foi realizada por meio da aplicação de um questionário, presencial e *online*, contendo 29 (vinte e nove) questões de identificação e sobre conceitos e situações cotidianas, com estudantes concluintes e pré-concluintes do Curso de Pedagogia, UFPB, Campus I. A pesquisa qualitativa, segundo Uwe Flick (2009, p.16) é aquela que “está interessada nas perspectivas dos participantes”, não se preocupando com a quantidade de informações a serem coletadas.

Antônio Gil (2011) aponta o questionário como uma importante ferramenta de coleta de dados na pesquisa. Para o autor, seria a “técnica de investigação composta por um conjunto de questões [...] com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, interesses etc.” (p. 121). Ainda de acordo com Gil, o questionário indica diversas vantagens, entre elas a facilidade de alcançar um número maior de pessoas, garantia do anonimato e a autonomia do/a entrevistado/a responder quando achar melhor, como também desvantagens, tais como a dificuldade de sanar as possíveis dúvidas que poderão surgir no decorrer do preenchimento do questionário e a limitação do número de questões, devido à probabilidades de um questionário extenso não ser respondido.

Em relação aos questionários *online* criamos¹⁵ uma conta de email para gerenciar o envio e a aplicação, disponibilizada no Google Docs¹⁶. Após a produção e disponibilização do questionário foram feitos contatos com o coordenador do Curso, para que este ficasse ciente da pesquisa com representantes das turmas concluintes e pré-concluintes do curso nos três turnos. Em seguida, passamos nas salas dos/as possíveis concluintes para apresentação da pesquisa. Feito isso, lançamos um convite para aqueles/as que tivessem interesse em participar. Também utilizamos a técnica da bola de neve, que Flick (2009, p.. 241) explica que é “pedir a seus primeiros participantes endereços [*emails*] de outros possíveis participantes do estudo [*da pesquisa*]”.

¹⁵A parte metodológica está escrita em primeira pessoa do plural porque trata-se da metodologia utilizada no projeto do PIBIC de modo mais amplo e, nesse sentido, essa parte do trabalho foi realizada colaborativamente por mim e por Lidianne Pinheiro, que na época, era estudante voluntária do Projeto.

¹⁶É uma ferramenta que permite ao usuário inserir, criar e editar documentos em uma plataforma *online*, com a opção de compartilhar o conteúdo. Pode ser em formato de planilha, editor de formulário, apresentação e texto. Fonte: <https://www.infoescola.com/informatica/google-docs/>. Acesso em jun de 2018.

A partir dessa etapa enviamos o link do questionário aos/às estudantes que manifestaram interesse na pesquisa, nos disponibilizando seus e-mails, aproximadamente 70 estudantes. Seguindo as recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa, ao qual a pesquisa PIBIC foi submetida e aprovada em meados de 2017, é necessário, em pesquisas com seres humanos, ter o aceite desses/as estudantes através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). No entanto, devido à particularidade da pesquisa, adaptamos o TCLE no questionário (a adaptação, todavia, não dispensava a aceitação de nossos/as informantes, ao contrário, os/as alunos/as tiveram que autorizar (ou não) sua participação na pesquisa.

Ponderando a necessidade de aumentar a participação dos/as estudantes, demos a possibilidade, para aqueles/as que preferissem, de preencher o questionário na forma presencial. Neste caso, as respostas foram transcritas para que pudessem ser analisadas. Nesta etapa, tive mais contato com os sujeitos da pesquisa, uma vez que era necessário esperar que estes respondessem os questionários e sanassem as possíveis dúvidas. A princípio, todos/as os/as estudantes que abordei nas salas e corredores, demonstraram interesse em participar da pesquisa, no entanto, ao se deparar com a temática, alguns/algumas recuaram, inventando desculpas para não responder.

No total, referente ao Curso de Pedagogia, obtivemos respostas de 49 estudantes concluintes e pré-concluintes dos três turnos, sendo 38 mulheres e 11 homens, com faixa etária entre 22 e 54 anos. Entre as 29 (vinte e nove) perguntas e situações do cotidiano apresentadas no questionário, selecionei 5 (cinco) para analisar neste TCC, quais sejam:

1. Você concorda que temas presentes no cotidiano (tais como: diversidade, múltiplas identidades; violências sexistas, LGBTfóbicas e racistas; Infecções Sexualmente Transmissíveis e Aids) devem ser abordadas? Se sim, por quem?
2. Em uma aula de português, Roberto (9 anos) foi repreendido com um grito da professora por ter colocado a mão da cintura, já que aquilo não seria “postura de um menino”. A atitude da professora foi correta?
3. Na escola, a inclusão de pessoas trans se inicia pelo respeito ao nome com o qual essa pessoa se identifica. Com base nisso, responda como a escola deve tratar essas pessoas
4. Você se considera feminista?
5. Na sua opinião, qual é o papel da escola?

3.1 Gênero e sexualidade devem ser abordados/as? O que dizem os/as estudantes

Na primeira questão, os/as estudantes foram perguntados sobre, na opinião deles/as, se as questões de gênero, sexualidade e diversidade nas escolas deveriam ser abordados e por qual/quais instituição/instituições que deveria/deveriam ser responsável/véis por abordar. As opções disponíveis para escolha eram: família, escola, mídia, instituições religiosas, outro (opção aberta) ou não deveria ser abordado de maneira nenhuma. Os/as estudantes podiam marcar mais de uma opção. Os resultados para esta pergunta estão disponíveis no quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Qual instituição deve abordar tais temas?

Família	Escola	Mídia	Instituições religiosas	Outro	Não deveria ser abordado
43	43	27	24	2	0

Como mais de uma resposta pôde ser assinalada, a soma das respostas supera o número total de estudantes que responderam ao questionário. A maioria das respostas aponta que, são família e escola as instituições centrais para abordagem dos temas da pesquisa, na alternativa família, dos 43 estudantes que a assinalaram, 35 são mulheres e 8, homens; já na opção escola, 33 mulheres e 10 homens. Outras respostas sinalizam que mídia e instituições religiosas também são importantes. Destaco que dos 24 estudantes que indicaram que as instituições religiosas deveriam ser responsáveis por debater estes temas, 20 são mulheres e apenas 4 homens acham que as instituições deveriam abordar. Nenhum/a estudante indicou que as questões de gênero, sexualidade e diversidade não deveriam ser abordadas. Tais respostas estão consonantes com a pesquisa¹⁷, realizada em 2017, pelo Instituto Ibope a pedido da Organização Não Governamental (ONG) Católicas pelo Direito de Decidir. A referida pesquisa revelou que 84% das pessoas entrevistadas concordam que professores e professoras debatam sobre a igualdade entre os sexos e 72% apoiam que debates sejam promovidos acerca do direito de cada indivíduo viver livremente sua sexualidade, sejam heterossexuais ou não.

¹⁷Disponível em: <http://catolicas.org.br/novidades/releases/maioria-da-populacao-brasileira-e-favoravel-a-educacao-sexual-nas-escolas-revela-pesquisa-cddibope-inteligencia>. Acesso em março de 2019.

Em relação à abordagem desses temas em instituições religiosas, em especial a católica e a evangélica, Marcos Carvalho e Horácio Sívori (2017, p.3) afirmam que elas:

promovem materiais educativos que reinterpretem valores cristãos sob um viés reativo à diversidade cultural, religiosa, sexual, de gênero e também corporal, esquadrinhada enquanto ‘problema’ e assunto controverso, que requer uma tomada de posição moralmente cristã.

Os autores ainda ratificam que o ensino religioso é a disciplina educação moral e cívica com uma nova roupagem (p.22). Nessa perspectiva, nos preocupa que pedagogas e pedagogos em fase de formação final atribuam a instituições religiosas a abordagem educativa de questões que são, em meu ponto de vista, principalmente, de responsabilidade das escolas.

Em relação a opção aberta (outras), os/as estudantes que a assinalaram apenas reforçavam as outras alternativas, afirmando que estes assuntos devem ser abordados “em todos os espaços sociais, falando sobre infecção e violência” e “abordar sobre AIDS e outras doenças”. Tais percepções demonstram que para esses/as estudantes a sexualidade é algo muito próximo de questões de saúde e da biologia, o que demonstra uma perspectiva restrita desse conceito.

3.2 O que os/as estudantes pensam sobre atitudes docentes envolvendo gênero e sexualidade na escola?

Na próxima questão, os/as estudantes deveriam opinar sobre a seguinte situação¹⁸: *Roberto, 9 anos, que foi repreendido pela professora porque colocou a mão na cintura. A professora falou que “não era atitude de menino”*. Diante disso, o questionário perguntava se a atitude da professora foi correta. Para responder a essa questão, os/as estudantes tinham as seguintes alternativas: a) sim, porque Roberto deveria se comportar como menino; b) sim, porque a professora não deve incentivar a ideologia de gênero na escola; c) não, porque a professora não pode gritar com Roberto; d) não, porque a professora não pode interferir na expressão corporal de Roberto e) não, porque não existe isso de “coisa de menino” e “coisa de menina”. Também nessa questão, mais de uma resposta poderia ser assinalada. As respostas para essa questão estão no quadro 2, a seguir.

¹⁸Esta situação foi criada por nós com base em uma notícia veiculada na mídia na época da elaboração do questionário.

Quadro 2 - A atitude da professora foi correta?

Sim, porque Roberto deveria se comportar como menino	Sim, porque a professora não deve incentivar a ideologia de gênero na escola	Não, porque a professora não pode gritar com Roberto	Não, porque a professora não pode interferir na expressão corporal de Roberto	Não, porque não existe “coisa de menino” e “coisa de menina”
1	0	20	27	37

Para essa questão, cabe destacar que 20 (13 mulheres e 7 homens) das respostas destacam a postura da professora que “que não deveria gritar”, marcando um lugar de não violência na atuação docente. 27 (20 mulheres e 7 homens) respostas apontam para a não interferência da professora na expressão corporal do estudante, o que denota o reconhecimento do corpo como propriedade de cada indivíduo. 37 (30 mulheres e 7 homens) respostas apontam para a não existência de “coisa de menino” e “coisa de menina”, o que sinaliza para um reconhecimento crítico em relação a marcações de gênero. Maria Eulina Carvalho, Fernando Andrade e Rogério Junqueira (2009, p.18) indicam que gênero, nas relações sociais, “constitui uma relação de dominação masculina, baseada na atribuição de valores diferenciados ao que se denomina masculino em relação ao que se denomina feminino”. Nessa perspectiva, a resposta dos/as 37 estudantes que concordam não existir “coisa de menino” e “coisa de menina” se contrapõe à atitude da professora que repreendeu o menino por este ter colocado a mão na cintura. Assim, o machismo reproduzido pela professora foi responsável pela discriminação negativa desta que desqualificou a atitude de Roberto, simplesmente por considerá-la feminina (CARVALHO; ANDRADE & JUNQUEIRA, 2009, p.31). Em minha análise, a postura da professora reproduz elementos das pedagogias de gênero, que compreendem que há comportamentos esperados diferentemente para homens e mulheres, meninos e meninas e que tais comportamentos devem ser ensinados nas escolas. Nas palavras de Junqueira (2013, p.483):

a escola se mostra como instituição fortemente empenhada na reafirmação e na garantia do êxito dos processos de heterossexualização compulsória e de incorporação das normas de gênero, colocando sob vigilância os corpos de todos(as).

E como sinalizei anteriormente, entre outros fatores, é devido a incompreensão dos conceitos de sexo biológico-gênero-sexualidade, que a heterossexualidade, que possui *status* de norma, é na escola também legitimada.

3.3 O que os/as estudantes de Pedagogia pensam sobre a inclusão de alunos/as trans nas escolas?

A terceira questão abordava a inclusão de alunos e alunas trans nas salas de aula, respeitando o nome social. Cabe informar que pessoas transexuais são aquelas que não se identificam com o gênero designado ao nascer, Carvalho, Andrade e Junqueira (2009, p.46) explicam a transexualidade como “uma experiência identitária [...] pela reivindicação de reconhecimento de uma nova identidade de sexo e de gênero”. As alternativas para essa questão, eram: a) a escola deve tratar o nome do/a aluno/a travesti/transsexual de acordo com o seu nome de registro civil e assim tratar a todos/as por igual; b) a escola só deve tratar o nome do/a aluno/a travesti/transsexual pelo nome social quando este for mudado por mandado judicial; c) a escola não precisa levar em conta o nome social do/a aluno/a travesti/transsexual porque homem é homem e mulher é mulher; d) a escola e o/a professor/a devem respeitar o nome social do/a aluno/a travesti/transsexual e sua identidade de gênero desde sua efetiva matrícula na unidade de ensino de acordo com o parecer nº 33/2017 do Conselho Nacional de Educação homologado pelo Ministro da Educação - MEC, Mendonça Filho, em 18/01/2018; e) a escola deve tratar pelo modo como o/a aluno/a se identifica. Cabe destacar que o respeito ao nome social foi normatizado pelo Parecer nº 33/2017 do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo então Ministro da Educação - MEC, Mendonça Filho, em 18 de janeiro de 2018. Vejamos o que os/as estudantes dizem sobre essa questão.

Quadro 3 - O nome social deve ser respeitado?

De acordo com o registro civil	Quando for mudado judicialmente	Homem é homem e mulher é mulher	De acordo com o parecer	Como o/a aluno/a se identifica
2	3	1	15	28

De acordo com o Quadro 3, a maioria dos/as estudantes apoia que a escola deve respeitar o nome social das pessoas trans, tratando-as pelo modo em que se identificam (28 estudantes, sendo 24 mulheres e 4 homens). 15 (12 mulheres e 3 homens) estudantes assinalaram que a escola deve tratar os/as estudantes trans de acordo com o referido Parecer

do Ministério da Educação. Destaco que 3 (2 mulheres e 1 homem) estudantes marcaram que a escola só deve respeitar o nome social quando este for alterado judicialmente. Embora o Supremo Tribunal Federal (STF¹⁹) tenha autorizado que não há a necessidade de cirurgia de redesignação de sexo para que o nome social seja respeitado, essa mudança ainda não possui força de lei e os cartórios podem se negar a fazê-la. Em outras palavras, trata-se de uma mudança cultural que precisa ser produzida de modo amplo em nossa sociedade.

Assim, quando observamos que dois estudantes assinalaram que a escola deve tratar o/a aluno/a pelo o nome do registro civil, ou seja, não respeitando o direito de escolha de nome social por uma pessoa trans, podemos perceber o quão necessário é que as questões de gênero e sexualidade sejam tratadas nas escolas e nos cursos de formação docente. O uso do nome social é uma questão de respeito à identidade de gênero das pessoas trans, por isso deve ser promovido e realizado sem nenhum tipo de dificuldade. Ainda em relação à essa questão, chama atenção o fato de que uma estudante marcou que “a escola não precisa levar em conta o nome social do/a aluno/a travesti/transsexual porque homem é homem e mulher é mulher”, ou seja, um exemplo explícito de falta de familiarização com os conceitos de gênero e sexualidade e de falta de respeito a identidade de gênero das pessoas trans. Nessa direção, Carvalho, Andrade e Junqueira (2009) discorrem que para garantir o direito de cidadania a uma pessoa trans, é imprescindível o respeito à sua identidade de gênero e ao seu nome social.

3.4 Os/as estudantes se consideram feministas?

No questionário, os/as estudantes também foram questionados acerca de se considerarem ou não feministas. A essa questão, 21 (18 mulheres e 3 homens) estudantes afirmativamente e 28 (sendo 20 mulheres e 8 homens) negaram se considerarem feministas. Considerando as respostas dos/as estudantes para essa questão, considero que os/as estudantes, em geral, conhecem pouco sobre o que seria o feminismo, inclusive porque é devido às lutas feministas que nós, mulheres, podemos frequentar uma universidade, o que seria, no mínimo, incoerente com as respostas das estudantes mulheres. Em relação ao conceito de feminismo, Branca Moreira Alves e Jaqueline Pitanguy (1985) afirmam que não há uma conceituação exata do que seja feminismo, visto que há diversas vertentes, no entanto, para as autoras, o feminismo quer uma identidade mais livre dos padrões femininos e masculinos. Nessa perspectiva, o que o movimento feminista visa é mudar o olhar sobre a

¹⁹Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mudanca-de-nome-e-genero-no-registro-civil-de-transexuais-nao-depender-de-cirurgia-decide-stf>. Acesso em julho de 2018.

mulher, em diversos meios (livros, desenhos, filmes) que a confinam ao espaço de casa ou cargos subalternos, auxiliares ou de cuidado, enquanto a figura do homem é associada aos cargos de liderança (ALVES & PITANGUY, 1985). Chimamanda Ngozi Adichie (2015) acredita que feminista é a pessoa que acredita na igualdade em todos os aspectos, seja político, social ou econômico.

3.5 Qual o papel da escola na abordagem das questões de gênero e sexualidade na perspectiva dos/as estudantes?

Por fim, a última pergunta, questionava os/as estudantes acerca de qual seria o papel da escola, considerando compreender em que medida a perspectiva de escola que eles/as possuem permite ou não a abordagem das questões de gênero e diversidade. As alternativas para essa questão (na qual poderia ser marcada mais de uma) eram as seguintes: a) formar cidadãos/ãs críticos/as e conscientes; b) ensinar conteúdos tradicionais; c) contribuir para a formação profissional; d) formar cidadãos/ãs trabalhadores/as e de bem; e) ensinar as tradições às crianças; f) outro. As respostas foram:

Quadro 4 - qual o papel da escola?

Formar cidadãos/ãs críticos/as e conscientes	Ensinar conteúdos tradicionais	Contribuir para a formação profissional	Formar cidadãos/ãs trabalhadores/as e de bem	Ensinar as tradições às crianças	Outro
48	7	13	12	5	1

A maior parte dos/as estudantes pesquisados/as estão de acordo que o papel da escola é “formar cidadãos/ãs críticos/as e conscientes” (48 respostas). As demais respostas apontam para a escola como: espaço para “contribuir para a formação profissional” (13 respostas), espaço para “ensinar os conteúdos tradicionais” (7 respostas) e a única pessoa que marcou a opção aberta afirmou que o papel da escola é “mediar a relação dos alunos e conhecimento”. Tomando essas respostas dadas ao nosso questionário e compreendendo que o currículo escolar é espaço de disputa em torno do que os/as estudantes devem aprender e, portanto, do que a escola deve ensinar (SILVA, 2010), analiso como positivo o fato de quase todos/as os/as participantes da pesquisa indicarem que a escola é espaço de formação para a cidadania. Pensar a escola como um espaço de formação cidadã, na perspectiva com a qual estou

trabalhando neste TCC, é tomá-la como um espaço de reconhecimento e valorização de diversidades, incluindo as diversidades de gênero e sexualidade.

Assim, sendo, é oportuno pensar que os currículos escolares e também os currículos de formação docente devem abordar as questões de gênero e sexualidade considerando-as como parte da formação para a cidadania, o respeito às diferenças e às diversidades. No entanto, essa perspectiva é contrária às forças reacionárias que têm tentado ditar o que deve ser ensinado e aprendido nas escolas. De acordo com Kelly da Silva (2011, p.170),

o currículo é dividido por relações de poder: por meio dele se transmite o que é permitido, legitimado, o que é normal, normatizado. O que difere é deixado de lado, silenciado. O currículo afirma o que é positivo e o que não é, o que deve ser conhecido ou não e, dessa forma, produz sujeitos e identidades

A escola é muito mais do que apenas um espaço para transmissão de conhecimentos. É um espaço de sociabilidades, de interação, de aprendizagens. A escola não pode contribuir com o reforço a estereótipos de gênero que posicionam meninos e meninas em lugares desiguais nas relações de poder. Portanto, analisando as respostas obtidas no questionário à luz do referencial teórico utilizado neste trabalho, percebo que ainda há uma incompreensão dos conceitos de gênero e sexualidade por parte dos/as estudantes pré concluintes e concluintes do curso de Pedagogia, sobretudo na aplicação desses conceitos na escola. As respostas também sinalizaram que, mesmo havendo um desconhecimento sobre os conceitos, eles/as concordam que questões que versem sobre gênero, sexualidade e temas atuais sejam abordadas.

Assim, acredito que a escola deve formar considerando a diversidade de pessoas e de modos de estar no mundo. Para isso, é fundamental que os professores e professoras estejam sensibilizados/as e qualificados/as para ensinar e para intervir em situações de desrespeito e desigualdades de gênero e sexualidade. A atuação qualificada de professores/as demanda formação qualificada. Silva (2011, p.182) aponta que “as questões de gênero e sexualidades estão intimamente ligadas ao pessoal”; todavia, aprender a respeitar as diferenças e as escolhas de cada pessoa é coletivo e educacional, portanto, deve ser ensinado nas escolas. Os interesses privados de alguns grupos não podem inibir a abordagem educativa desses temas nas escolas, sob pena de interferir com o interesse coletivo de viver e conviver em uma sociedade mais equânime (PENNA, 2016).

Ainda segundo Penna (2016, p. 53), o debate desses temas em sala de aula (ou nos cursos de formação de profissionais da Educação) tem como intenção problematizar as

relações sociais, os tratamentos diferentes destinados a homens e mulheres, meninos e meninas e desconstruir “o machismo, a homofobia e outras formas de desigualdade de gênero”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste TCC, se faz mais do que necessária a discussão das temáticas de gênero e sexualidade nas escolas, bem como nos currículos de formação de profissionais da Educação, sabendo que estes/as possivelmente atuarão em escolas e/ou outros espaços educativos em que essas temáticas se fazem presentes. É por meio da abordagem educativa envolvendo esses assuntos que conseguiremos educar para a diversidade e, assim, diminuir as várias desigualdades presentes em nossa sociedade.

Considerando as respostas dos/as estudantes, ficou nítido que a maioria concorda que esses temas devem ser abordados em quaisquer instâncias, desde a família até as mídias e a escola. Acredito, com base na literatura estudada e na minha experiência nesses anos como pesquisadora de iniciação científica, na importância da abordagem das questões de gênero e sexualidade nas escolas. Para isso, é fundamental que essas questões sejam abordadas nos cursos de formação docente, especialmente, a Pedagogia, principalmente porque forma possíveis profissionais da Educação que atuarão nos anos iniciais, onde as diferenças entre meninos e meninas são demarcadas e podem ser desconstruídas com uma certa facilidade.

Nesse sentido, para conseguir dar conta de uma Educação que valorize a diversidade, prepare para a cidadania e eduque para o respeito às diferenças, a fim de construir uma sociedade mais justa para todas e todos, é interessante que os temas relativos à gênero e sexualidade sejam inseridos nos currículos de formação docente tanto por meio de componentes curriculares obrigatórios e optativos, quanto em projetos de pesquisa e extensão, que levem à escola conhecimentos sobre os temas, bem como algumas metodologias que propiciem uma abordagem que supere a simples ótica biológica-higienista e/ou moral-tradicionista (FURLANI, 2008), que apenas reforçam preconceitos. Advogo por uma educação que aborde gênero e sexualidade na perspectiva dos direitos humanos e da ótica feminista, que buscam o respeito às diferenças.

Dado que com minha experiência como estudante de Pedagogia, compreendendo experiência na perspectiva de Jorge Larrosa Bondía (2009, p.2), como aquilo “que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, posso dizer que fui sensibilizada pela constatação dos

poucos espaços para refletir sobre as desigualdades entre homens e mulheres e de como há uma certa desconfiança das pessoas ao falar sobre esses temas, principalmente nas escolas.

Por fim, ter a oportunidade de estudar temas que despertaram o meu desejo me dá forças e confiança para continuar com os questionamentos e problematizações que me inquietaram durante essa caminhada e resistir, particularmente neste cenário conservador, onde o pânico moral causa receio em alguns/algumas profissionais da Educação e acaba por limitar o debate estes temas. Isso só reflete como ainda há muito o que explicar às pessoas sobre esses conceitos tão importantes e, sobretudo, o quanto ainda precisamos lutar por uma educação de qualidade, que promova justiça social para todas e todos, independente de gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1985.

BONDIA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2009, n.19, pp.20-28. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782002000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: maio de 2018.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em março de 2019.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 1, de 15 de maio de 2006. Brasília, DF: SEED, 2006.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em março de 2019.

_____. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf>. Acesso em março de 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Maria Eulina; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 23, p. 119-136, 2015.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; ANDRADE, Fernando Cezar Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e diversidade sexual: um glossário**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2009.

CARVALHO, Marcos Castro; SÍVORI, Horacio Federico. **Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira**. Cadernos Pagu, n. 50, e175017, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500017.pdf>>. Acesso em julho de 2018.

DIAS, Alfrâncio; CHAVES, Gislaine.; FELIX, Jeane. Desafios da transversalização de gênero nos currículos: uma abordagem nas políticas curriculares de transversalização de gênero. **Revista Espaço do Currículo** (Online), v. 8, p. 396-406, 2016.

FELIX, Jeane. **Gênero, sexualidade e diversidade nas escolas**: uma reflexão “Ideologia de Gênero” no Cenário Legislativo Brasileiro. Projeto PIBIC 2016/2017, CNPq/PRPG/UFPB, 2016.

_____, Jeane. **“Quer teclar?”**: aprendizagens sobre juventudes e soropositividades através de bate-papos virtuais. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A disputa da educação democrática em sociedade antidemocrática. In: PENNA, Fernando, QUEIROZ, Felipe e FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação democrática antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

FURLANI, Jimena. **Existe ideologia de gênero?** Disponível em: <<http://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>>. Acesso em abril 2018.

FURLANI, Jimena. Abordagens contemporâneas para a educação sexual. IN: FURLANI, Jimena (Org.). **Educação sexual na escola**: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Florianópolis: UDESC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-27.

LUENGO NAVAS, Julián. La educación como objeto de conocimiento. el concepto de educación. In: POZO ANDRÉS et al. **Teorías e instituciones contemporáneas de educación**. Madrid, Biblioteca Nueva, 2004.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Pedagogia do armário**: a normatividade em ação. Retratos da Escola, v. 7, p. 481-498, 2013.

KAUR, Rup. **Outros jeitos de usar a boca**. Planeta do Brasil: 2018.

MEYER, Dagmar E. E.; MELLO, D. F.; VALADAO, M. M.; AYRES, J. R. C. M. **"Você aprende. A gente ensina?"** Interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), v. 22, p. 1335-1342, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v.7, n.15, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>>. Acesso em janeiro de 2019.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & sociedade**, v. 38, p. 9-26, 2017.

SAKAMOTO, Leonardo. “Escola sem Partido”: doutrinação comunista, coelho da páscoa e papai noel. In: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. — São Paulo: Ação Educativa, 2016.

SILVA, Denise; COSTA, Zuleika L.S; MÜLLER, Márcia B. C. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação. **Educação Revista Quadrimestral**. Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 49-58, 2018. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/29812>>. Acesso em março de 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156 p.

SILVA, Kelly da. **Currículo, gênero e identidade na formação de professores/as**. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora, 2011.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 206-237, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817332016206>>. Acesso em maio de 2018.

PENNA, Fernando Araújo. “programa escola sem partido”: uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, Carmen Teresa et al. **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro, Mauad X. 2016.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

APÊNDICES

Apêndice A- Termo de Consentimento livre e esclarecido- TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

Prezado (a) estudante,

A presente pesquisa, denominada como: *Gênero, sexualidade e diversidade nas escolas: o que pensam os/as estudantes de Pedagogia, Pedagogia do Campo e Psicopedagogia da UFPB?*, que está sendo desenvolvida por Ana Carolina Lima e Lidiane Pinheiro Ferreira, dos cursos de Pedagogia e Direito da Universidade Federal da Paraíba, respectivamente, sob a orientação da Profa. Dra. Jeane Félix da Silva. O objetivo central da pesquisa é investigar e analisar o que estudantes concluintes dos cursos de Pedagogia, Pedagogia do Campo e Psicopedagogia da UFPB pensam sobre a abordagem das questões de gênero, sexualidade e diversidade nas escolas. Desse modo, solicitamos sua colaboração para responder um questionário composto por 22 perguntas fechadas, todas sobre os temas: gênero, sexualidade e diversidade, bem como sua autorização para apresentar os resultados desta pesquisa em eventos futuros, como publicações em revistas científicas no âmbito nacional e/ou internacional.

Outrossim, informamos que sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária, logo, o você é desobrigado(a) a fornecer quaisquer informações solicitadas pelas pesquisadoras. Você poderá desistir de participar do estudo a qualquer momento, caso julgue necessário. Além disso, comunicamos que as pesquisadoras se encontram à sua disposição para quaisquer dúvidas e/ou esclarecimentos durante todo o estágio da pesquisa.

Atenciosamente,

Ana Carolina Alves de Lima

Lidiane Pinheiro Ferreira

Profa. Dra. Jeane Felix da Silva

Declaro que estou de acordo em participar desta pesquisa e que recebi uma cópia do presente documento Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE, como dispus da oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas em relação ao estudo.

João Pessoa, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do (a) participante

Caso necessite de mais informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora responsável, profa. Jeane Félix da Silva (83-99846-4267) ou para as pesquisadoras de iniciação científica: Ana Carolina de Lima (83-99665-1940) e Lidianne Pinheiro Ferreira (83-99864-3626).

Apêndice B- Questionário aplicado com estudantes do curso Pedagogia da UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Questionário aplicado com estudantes pré-concluintes e concluintes do curso de Pedagogia da UFPB, cota: PROPESQ, vigência 01/08/2017 a 31/07/2018, código PID9566-2017.

**O QUE PENSAM OS/AS ESTUDANTES DA UFPB SOBRE GÊNERO,
SEXUALIDADE E DIVERSIDADE NAS ESCOLAS?**

Estamos convidando-lhe a participar desta pesquisa PIBIC/UFPB/CNPq intitulada GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE NAS ESCOLAS: O QUE PENSAM OS/AS ESTUDANTES DA UFPB? coordenado pela professora Jeane Félix e desenvolvida pelas/os estudantes: Ana Carolina Lima e Lidiane Pinheiro. Esta pesquisa tem por objetivo investigar o que estudantes concluintes de Pedagogia, Pedagogia do Campo e Psicopedagogia da UFPB pensam sobre a abordagem das questões de gênero, sexualidade e diversidade nas escolas. Sua participação é totalmente voluntária, você é livre para parar de responder em qualquer momento antes de finalizar, se assim quiser. As respostas são anônimas e você não será identificado(a), pois as respostas serão codificadas em números. Qualquer dúvida, entre em contato com: divagens@gmail.com

Desde já agradecemos pela contribuição!

Ana Carolina, Lidiane e Jeane

E-mail:
Telefone/WhatsApp_____
Curso () Pedagogia () Pedagogia Educação do Campo () Psicopedagogia
Idade _____
Cor/raça () Pardo () Branco () Preto () Amarelo () Indígena () Outro _____
Gênero () Feminino () Masculino () Outro _____
Orientação sexual () Heterossexual () Gay () Lésbica () Bissexual () Outro _____
Identidade de gênero () Mulher transexual () Homem trans () Travesti () Homem cisgênero (homem que se identifica com o gênero que lhe foi determinado no momento do seu nascimento) () Mulher cisgênero (mulher que se identifica com o gênero que lhe foi determinado no momento do seu nascimento) () Outro _____

1 - Tem religião? Se sim, qual?

() Não () Sim _____

2 - Durante a sua educação familiar e social, você recebeu formação baseada em alguma religião específica?

() Não () Sim _____

3 - Você concorda que temas presentes no cotidiano (tais como: diversidade, múltiplas identidades; violências sexistas, LGBTfóbicas e racistas; Infecções Sexualmente Transmissíveis e Aids) devem ser abordadas? * [pode marcar mais de uma]

() Sim, pela família () Sim, pela escola () Sim, pelas mídias () Sim, pelas instituições religiosas () Não () Outro _____

4 - Você já participou de alguma atividade educativa abordando os temas gênero, sexualidade, diversidade e/ou direitos humanos? *

☐ Sim ☐ Não

5 - Quais os seus planos para quando terminar a graduação? * [pode marcar mais de uma]

- ☐ Atuar como professor/a na Educação Infantil
- ☐ Atuar como professor/a na Educação Fundamental
- ☐ Atuar na gestão de escolas e/ou outros espaços educativos
- ☐ Atuar em espaços não escolares
- ☐ Atuar como professor/a na EJA
- ☐ Seguir carreira acadêmica (mestrado, doutorado)
- ☐ Não pretendo trabalhar na área da Educação
- ☐ Não me identifiquei com o curso, pretendo fazer outro
- ☐ Outro _____

6 - Pra você, homens e mulheres são diferentes? *

☐ Sim ☐ Não

7 - Marque com X as características, abaixo que, na sua opinião, são só de homem: [pode marcar mais de uma]

- ☐ Gentil ☐ Fiel ☐ Grosseiro ☐ Romântico ☐ Sensível ☐ Determinado
- ☐ Forte ☐ Persistente ☐ Valente ☐ Pegador

8 - Marque com X as características abaixo que, na sua opinião, são só de mulher: [pode marcar mais de uma]

- ☐ Gentil ☐ Fiel ☐ Grosseiro ☐ Amorosa ☐ Corajosa ☐ Romântica
- ☐ Sensível ☐ Determinada ☐ Forte ☐ Persistente ☐ Valente ☐ Sedutora

9 - Maria e João passaram carnaval em Salvador e, durante os festejos, Maria beijou na boca de 5 garotos diferentes em um único bloco enquanto João, seu irmão, não beijou ninguém. Na sua concepção: * [pode marcar mais de uma]

- ☐ Maria não representa o perfil de mulher ideal
- ☐ João não beijou ninguém porque é gay
- ☐ Maria é livre e por isso decide quem e quantas pessoas beijar
- ☐ João não beijou porque não quis
- ☐ João deveria ter beijado várias garotas porque é homem
- ☐ Maria tinha que se dar ao respeito

10 - O que você entende por gênero? * [pode marcar mais de uma]

- ☐ Construção social dos papéis ditos femininos e masculinos
- ☐ Ser homem ou ser mulher
- ☐ Sinônimo de sexo
- ☐ Ideologia que visa ensinar meninos e meninas a serem gays/lésbicas
- ☐ Outro _____

11 - Em uma aula de português, Roberto (9 anos) foi repreendido com um grito da professora por ter colocado a mão na cintura, já que aquilo não seria "postura de um menino". A atitude da professora foi correta? * [pode marcar mais de uma]

- ☐ Sim, porque Roberto deveria se comportar como menino
- ☐ Sim, porque a professora não deve incentivar a ideologia de gênero na escola
- ☐ Não, porque a professora não pode gritar com Roberto
- ☐ Não, porque a professora não pode interferir na expressão corporal de Roberto
- ☐ Não, porque não há coisa de menino e coisa de menina

12 - O que você entende por sexualidade? * [pode marcar mais de uma]

- ☐ Sexo ☐ Conjunto das condições anatômicas, fisiológicas e psicológicas que caracterizam cada sexo ☐ Livre expressão e vivência do desejo afetivo e/ou sexual
☐ Atração sexual por alguém do mesmo sexo e/ou do sexo oposto
☐ Outro _____

13 - O que você entende por diversidade? * [pode marcar mais de uma]

- ☐ Conjunto de diferenças e valores compartilhados pelos seres humanos na vida social
☐ Qualidade daquilo que é diverso, variado
☐ O que caracteriza tudo que é diverso, diferente, que tem multiplicidade
☐ Outro _____

14 - Na escola, a inclusão de pessoas trans se inicia pelo respeito ao nome com o qual essa pessoa se identifica. Com base nisso, responda: * [marque somente uma]

- ☐ A escola deve tratar o nome do/a aluno/a travesti/transsexual de acordo com o seu nome de registro civil e assim tratar a todos/as por igual
☐ A escola só deve tratar o nome do/a aluno/a travesti/transsexual pelo nome social quando este for mudado por mandado judicial
☐ A escola não precisa levar em conta o nome social do/a aluno/a travesti/transsexual porque homem é homem e mulher é mulher
☐ A escola e o/a professor/a devem respeitar o nome social do/a aluno/a travesti/transsexual e sua identidade de gênero desde sua efetiva matrícula na unidade de ensino, de acordo com o parecer nº 33/2017 do Conselho Nacional de Educação homologado pelo Ministro da Educação - MEC, Mendonça Filho, em 18/01/2018
☐ A escola deve tratar pelo modo como o/a aluno/a se identifica

15 - Um aluno de 12 anos, se iniciando no candomblé, foi à escola vestido com bermudas brancas e guias (colar típico de religiões de matrizes africanas) por baixo do uniforme. Ao ver este aluno, a diretora barrou sua entrada. Na sua opinião, a atitude da diretora foi adequada? * [marque somente uma]

- ☐ Sim, porque o Brasil é um país cristão e os/as alunos/as têm que respeitar a religião da maioria
☐ Sim, porque a escola não é espaço para manifestação religiosa
☐ Não, porque o Brasil é um estado laico
☐ Não, porque isso é intolerância religiosa

16 - Você concorda que temas como gênero, sexualidade e diversidade sejam inseridos nos currículos dos cursos de licenciatura? * [marque somente uma]

- ☐ Sim, todos ☐ Não, nenhum ☐ Apenas gênero ☐ Apenas sexualidade
☐ Apenas diversidade

17 - Atualmente, encontram-se em tramitação projetos de lei que visam punir os/as professores/as que abordam temas como gênero, sexualidade e diversidade nas escolas. É sabido que alguns/algumas professores/as têm evitado tratar desses temas. Na sua concepção, essa postura docente ocorre devido a: * [pode marcar mais de uma]

- ☐ Por medo de ser processado/a ☐ Para evitar conflitos com a gestão da escola
☐ Para evitar conflitos com as famílias ☐ Por medo da reação agressiva por parte de algum/a estudante ☐ Outro _____

18 - Você concorda que deve haver punição para professoras/es que abordam esses temas? *

[marque somente uma]

☐ Sim ☐ Não

19 - Se sim, qual? [pode marcar mais de uma]

☐ Advertência ☐ Demissão ☐ Transferência involuntária ☐ Punição jurídica ☐

Outro _____

20 - Na sua opinião, qual é o papel da escola? * [pode marcar mais de uma]

☐ Formar cidadãos/ãs críticos/as e conscientes

☐ Ensinar os conteúdos tradicionais

☐ Contribuir para formação profissional

☐ Formar cidadãos/ãs trabalhador/a e de bem

☐ Ensinar as tradições às crianças

☐ Outro _____

21 - Você se considera feminista? *

☐ Sim ☐ Não